

# **O MOSAICO DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA PAISAGEM: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL?**

Gustavo Mendes de Melo

Marta de Azevedo Irving

## **Introdução**

As áreas protegidas no Brasil compõem um sistema abrangente de modelos e tipologias de manejo, no qual são previstos os mosaicos, regulamentados pela Lei 9.985/00, que institui o SNUC (BRASIL, 2000 e 2002). Os mosaicos podem ser criados quando existir um conjunto de unidades de conservação próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas (BRASIL, *op cit*). Assim, um mosaico possui como objetivo central a integração entre as diferentes áreas protegidas que o compõem.

Como uma importante estratégia para a conservação da biodiversidade, a criação dos mosaicos tem aplicação recente no Brasil. Apenas em 2005 o país teve reconhecido, oficialmente, o seu primeiro mosaico, na esfera federal<sup>1</sup>. Apesar de, atualmente, haver no país seis mosaicos federais e seis estaduais, segundo o MMA (2010)<sup>2</sup> estão em curso, atualmente, diversos processos visando o reconhecimento de novos mosaicos em diversas regiões e biomas no país.

Tendo por base a importância dos mosaicos nas estratégias nacionais para a conservação da biodiversidade, no presente estudo, foi escolhido para discussão o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense - MMACF, criado em 2006, através da Portaria nº 350 do Ministério do Meio Ambiente<sup>3</sup>. Composto por 29 Unidades de Conservação, o MMACF abrange 14 municípios no Estado do Rio de Janeiro e possui 295.723 ha como área reconhecida oficialmente (MMACF, 2010).

Delimitado no âmbito da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, em área reconhecida com o Reserva da Biosfera, este mosaico abrange um território extremamente diversificado, com distintos gradientes de altitude, feições geomorfológicas, graus de ocupação humana e usos da terra, em uma variedade de ambientes e de paisagens (MMACF, *op cit*).

## **Objetivo**

O presente estudo tem como objetivo interpretar, preliminarmente, os desafios para a gestão participativa do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense - MMACF, na perspectiva da gestão democrática da paisagem.

---

<sup>1</sup> O primeiro mosaico reconhecido oficialmente no Brasil, na esfera federal, foi o Mosaico Corredor Serras da Capivara e Confusão, através da Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº76, em 2005.

<sup>2</sup> Dados disponibilizados pelo MMA em 25/06/2010 através de solicitação do autor.

<sup>3</sup> Informações sobre o Mosaico Central Fluminense em: <http://www.mosaicocentral.org.br>. O Estado do Rio de Janeiro conta ainda com o Mosaico da Serra do Mar e o Mosaico Bocaina.

## **Metodologia**

A presente pesquisa se desenvolve no âmbito das ciências humanas e sociais, e parte de enfoque qualitativo, tendo em vista as subjetividades envolvidas na temática da gestão dos mosaicos. Na abordagem qualitativa em pesquisa social, segundo Goldenberg (1999), buscase o aprofundamento sobre a compreensão dos grupos sociais e as dinâmicas a eles associadas. Visando responder à questão delineada neste trabalho, foi utilizada como ponto de partida a pesquisa documental e bibliográfica, relacionada à temática da gestão dos mosaicos e do conceito de paisagem, este entendido como essencial à discussão proposta. Para a contextualização do mosaico em questão, foram realizadas, ainda, entrevistas com gestores do escritório técnico do MMACF. As informações foram interpretadas com base na técnica de análise de conteúdo e ordenação temática (BARDIN, 1977).

## **Resultados e discussão**

O presente trabalho considerou dois principais aspectos do conceito de paisagem, para se pensar a gestão do MMACF: a) a importância da gestão territorial integrada e multidisciplinar e; b) a importância da sensibilização dos diferentes atores sociais e o seu engajamento efetivo nos processos de gestão territorial, tendo em vista o compromisso de participação social na gestão das áreas protegidas no Brasil expressos no SNUC (BRASIL, 2000 e 2002) e no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas- PNAP (BRASIL, 2006).

O conceito de paisagem se reafirma, na atualidade, como central no âmbito da gestão territorial no campo da geografia e em políticas públicas relacionadas à gestão territorial de conservação da natureza, principalmente na Europa. Na concepção moderna, como afirma Berque (1995), a paisagem representa uma forma de se interpretar o território, levando-se em conta tanto os aspectos subjetivos como os objetivos, em uma espécie de "mediação", "entre o físico e o fenômeno, entre a ecologia e o simbólico, entre o factual e o sensível", em uma perspectiva construtivista.

Tendo como perspectiva a paisagem, Larrère (1997), menciona ser importante reconhecer três diferentes olhares que a sociedade constrói sobre um determinado território: a) o *formado*, relacionado à imagem e apreensão estética que cada ator social faz de uma determinada paisagem/imagem; b) o *informado*, que depende da disciplina científica que vai interpretar a paisagem e seus elementos, uma vez que cada uma faz a sua leitura, em função do seu campo específico de conhecimento, e; c) o *intimo*, que corresponde ao olhar afetivo e identitário sobre um determinado território.

Mas, seria a noção de paisagem uma abordagem possível para se pensar os desafios na gestão do MMACF? Na perspectiva da equipe técnica responsável, há três desafios centrais na gestão deste mosaico: a) a participação social, através do engajamento dos diversos setores da sociedade civil e governamental na gestão; b) a integração entre as diferentes unidades de conservação, com ações planejadas e executadas de forma integrada entre elas, e; c) a implementação das ações previstas no âmbito do Planejamento Estratégico do MMACF<sup>4</sup>.

Para a gestão participativa do MMACF, o desafio principal é a sensibilização dos atores sociais regionais para o reconhecimento do mosaico como instância privilegiada para a formulação e aplicação de políticas públicas de proteção da natureza e desenvolvimento social.

Para a integração entre as diferentes unidades de conservação na gestão do MMACF, a equipe técnica de gestão considera fundamental que cada uma delas possua o seu conselho formado e em atividade, o que tenderia a fortalecer politicamente ao processo de gestão da biodiversidade em escala regional. Além disso, é importante que cada unidade de conservação possua seu Plano de Manejo e que, preferencialmente, este tenha sido elaborado com a participação da sociedade.

Finalmente, o terceiro desafio para a gestão do MMACF seria a implementação de ações contínuas na perspectiva de seu planejamento estratégico. No caso do MMACF, o Plano Estratégico estabeleceu três principais setores de zoneamento: as zonas de alta intervenção, que correspondem àquelas nas quais ocorrem principalmente as concentrações urbanas e industriais; as zonas de média intervenção, que correspondem àquelas com baixo grau de urbanização, com características rurais e remanescentes de floresta, e; zonas de baixa intervenção, que são àquelas nas quais estão localizadas as unidades de conservação de proteção integral (MMACF, 2010).

Por mais que o Plano Estratégico represente uma forma de se interpretar o território na perspectiva integrada, entre os aspectos biológicos e administrativos, este mosaico é complexo e possui dinâmicas socioeconômicas bastante diferenciadas entre seus diversos setores. Por isso, por mais que o Plano Estratégico preveja, na teoria, a integração das estratégias de desenvolvimento econômico e de proteção da natureza no território do MMACF, na prática, a execução das ações planejadas representa, ainda, um grande desafio,

---

<sup>4</sup> O Planejamento Estratégico para a gestão do MMACF foi elaborado através de oficina participativa no âmbito do seu conselho (MMACF, 2010).

tendo em vista os múltiplos interesses dos diferentes atores sociais em relação ao uso e/ou proteção dos recursos naturais.

Considerando que o conceito de paisagem ressalta a importância da integração entre os diferentes olhares sobre um mesmo território, no caso do MMACF, cuja gestão deve promover o diálogo entre diferentes atores sociais, com seus múltiplos olhares, saberes e interesses, a gestão com base na concepção de paisagem pode representar um importante avanço para se pensar os desafios da gestão da biodiversidade em uma perspectiva do desenvolvimento regional.

### **Conclusões**

Apesar da noção de paisagem estar centrada, na atualidade, na gestão territorial integrada e multidisciplinar e, também, no engajamento da sociedade neste processo, cabe refletir se a noção de paisagem poderia ser apropriada, no âmbito do MMACF, como perspectiva para se pensar os desafios para a sua gestão.

Com base na interpretação preliminar dos desafios para a gestão do MMACF, a perspectiva de paisagem como inspiração de análise, cabe ainda a formulação de algumas questões para inspirar reflexões futuras no âmbito das políticas públicas de proteção da natureza: como sensibilizar a sociedade para a gestão destes "novos territórios", delimitados como mosaicos? Como fomentar, com consistência conceitual e elementos lúdicos, o reconhecimento e o diálogo entre os diferentes olhares e conhecimentos na gestão dos mosaicos?

Pelas razões expostas, a perspectiva da paisagem pode ser considerada como uma abordagem possível para se pensar a gestão do MMACF, mas para tal é necessário o desenvolvimento de instrumentos que possam estimular a reflexão sobre a gestão territorial, reforçando, a valorização do reconhecimento dos diferentes saberes e olhares, em um processo de negociação entre os diversos grupos sociais envolvidos.

### **Referências Bibliográficas**

BARDIN, L. 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BRASIL. Plano Nacional de Áreas Protegidas. Decreto 5.758 de 13 de abril de 2006, Brasília, 2006.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, 2002. Brasília: MMA, 2000.

BERQUE, A. Les raisons du paysage : de la Chine antique aux environnements de synthèse. Paris, Éditions Hazan, 192 p. 1995.

GIULIANI, G. M. As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e do Comperj. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 16, p. 21-37, jul./dez. Editora UFPR. 2007.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LARRÈRE, R & LARRÈRE, C. Du bon usage de la nature. Pour une philosophie de l'environnement. Aubier, Paris. 1997.

MMAF-RJ. Relatório Técnico do Planejamento Estratégico do Mosaico. Escritório Técnico do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense. Teresópolis, 2010.